

Anexo C

OBSERVAÇÃO: Todos os proponentes deverão estar cadastrados no SICAF - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores e prezar para que o cadastro seja o mais completo possível. **Os documentos listados neste Anexo C deverão ser enviados junto à Carta-Proposta da empresa, quando os referidos documentos estiverem AUSENTES do SICAF, ou seja, NÃO ESTIVEREM INSERIDOS NO SICAF, NÃO ESTIVEREM ATUALIZADOS NO SICAF ou NÃO SEJAM UMA EXIGÊNCIA DO SICAF.**

MODELO DE CARTA PROPOSTA PARA ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS)

Razão Social:		CNPJ:
Endereço:		Telefone/cel:
Área de Atuação: (exemplo: habilitação/reabilitação física, intelectual, auditiva, etc).	Especialidades: <i>Ex.: psicologia, terapia ocupacional, etc.</i>	
Representante Legal:		CPF:
Dias e Horários de Atendimento:		
Dados Bancários:		
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
Endereço eletrônico para recebimento de informações (E-mail):		

O interessado acima identificado vem requerer à Comissão Especial de Credenciamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros - EAMPE a respectiva habilitação para contratação, declarando total concordância com as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2024, e em seus anexos.

Outrossim, declara que, por intermédio de sua representante legal, _____ (Nome completo, identidade e CPF do Representante Legal), infra-assinada, para os fins do disposto no Edital de Credenciamento nº 01/2024, **que não possui** em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Declara ainda que, por intermédio de sua representante legal, _____ (Nome completo, identidade e CPF do Representante Legal), infra-assinada, para os fins do disposto no Edital de Credenciamento nº 01/2024, sob as penas da lei, a **inexistência de fatos supervenientes e impeditivos à sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.**

Regimes de atendimento para os quais a instituição busca credenciamento:	
<u>REGIME “AMBULATORIAL”</u>	()
<u>REGIME “EXTERNATO”</u>	()
<u>REGIME “INTEGRAL”</u>	()
<u>REGIME “ATENDIMENTO DOMICILIAR”</u>	()
<u>REGIME DE “TELEATENDIMENTO/ TELEMONTORAMENTO”</u>	()
Serviços adicionais para os quais a instituição busca credenciamento:	
<u>OFICINAS TERAPÊUTICAS</u> Obs.: A instituição deverá apresentar os objetivos de cada oficina oferecida, conforme Apêndice XII, do Anexo A deste Edital (Projeto Básico).	()
<u>OFICINAS PEDAGÓGICAS</u> Obs.: A instituição deverá apresentar os objetivos de cada oficina oferecida, conforme Apêndice XII, do Anexo A deste Edital (Projeto Básico).	()

Para tanto, as documentações inerentes à habilitação encontram-se anexadas rigorosamente na seguinte ordem:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA	
I	Cédula de identidade ou outro documento equivalente do(s) representante(s) legal(is);
II	Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;
III	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado e, no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;
IV	Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
V	Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
VI	Decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente,

	quando a atividade assim o exigir;
VII	Alvará de localização e funcionamento válido;
VIII	Alvará de autorização sanitária válido;
IX	<p>O credenciamento da OCS poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:</p> <p>a) Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;</p> <p>b) Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica, ou, em caso de omissão na legislação do Município, 120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.</p> <p>c) Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);</p> <p>d) Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária;</p> <p>e) Situação: requerimento superveniente a instituição da empresa;</p> <p>f) Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária;</p> <p>g) Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;</p> <p>h) Documento a ser apresentado: decreto judicial válido;</p> <p>i) Procuração com firma reconhecida em cartório para designação de preposto autorizado para assinar/representar a instituição solicitante do credenciamento, se for o caso; e</p> <p>j) Declaração designando responsável técnico emitida pelo dirigente da instituição legalmente constituído.</p>
X	<p>Em caso de cooperativas, conforme o item 10.5, letra 'g', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:</p> <p>a) Ata de fundação;</p> <p>b) Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;</p> <p>c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da Assembleia que os aprovou;</p> <p>d) Editais de convocação das três últimas Assembleias Gerais extraordinárias;</p> <p>e) Três registros de presença dos cooperados que executarão do Contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;</p> <p>f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e</p>

	g) O registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
--	---

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	
I	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
II	Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 e alteração);
III	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
IV	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 2011;
V	<u>Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial;</u>
VI	Em caso de cooperativas , conforme o item 10.5, letra 'b', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017: a) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados; e b) As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas <u>dos últimos 180 (cento e oitenta)</u> dias contados da data da abertura da sessão pública.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	
I	Certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto do credenciamento, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, de 3

	(três) anos.								
II	Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo (obrigatória para médicos (art. 17 da Lei 3.268, de 30/09/1957), odontólogos (art. 13 da Lei 4.324, de 14/04/1964), psicólogos (arts. 10º e 11 da Lei 5.766, de 20/12/1971), nutricionistas (arts. 1º e 2º da Lei 8.234, 17/09/1991), fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais (art. 12 da Lei 6.316, 17/12/1975) e fonoaudiólogos (art. 3º da Lei 6.965, 9/12/1981);								
III	Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto;								
IV	Relação de todos os serviços e de todos os regimes de atendimento para o qual a instituição deseja se credenciar conforme tabela inserida acima nesta carta proposta;								
V	Inscrição no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde).								
VI	Documentação do responsável técnico da OCS: a) RG e CPF; b) Diploma da Especialidade e Registro no Conselho de Classe; e c) Curriculum Vitae.								
VII	<p>Relação de membros do corpo clínico datada e assinada pelo responsável técnico contendo os seguintes dados:</p> <p>a) Nome completo; b) Especialidade clínica; c) Número no registro de classe; d) Emissão de Certidão de Regularidade dos respectivos conselhos profissionais de todos os profissionais técnicos cujas profissões já possuem tal regulamentação; e e) Para os casos onde não houver ainda conselho específico, pede-se a comprovação dos registros conforme tabela abaixo:</p> <table border="1"> <tr> <td>MUSICOTERAPEUTA</td><td>CBO: 2263-05 (a Musicoterapia é uma carreira de nível superior - graduação e pós-graduação, e é reconhecida pelo Conselho Federal de Educação desde 1978 através do parecer 829/78).</td></tr> <tr> <td>PSICOPEDAGOGIA</td><td>https://www.abpp.com.br/associadosabppnacional/ Ou registro na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2394-25</td></tr> <tr> <td>PSICOMOTRICIDADE</td><td>CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2239-15 Ou registro em conselhos profissionais de saúde e educação.</td></tr> <tr> <td>EQUOTERAPIA</td><td>CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2263-15 Ou registro em conselhos profissionais de saúde.</td></tr> </table>	MUSICOTERAPEUTA	CBO: 2263-05 (a Musicoterapia é uma carreira de nível superior - graduação e pós-graduação, e é reconhecida pelo Conselho Federal de Educação desde 1978 através do parecer 829/78).	PSICOPEDAGOGIA	https://www.abpp.com.br/associadosabppnacional/ Ou registro na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2394-25	PSICOMOTRICIDADE	CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2239-15 Ou registro em conselhos profissionais de saúde e educação.	EQUOTERAPIA	CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2263-15 Ou registro em conselhos profissionais de saúde.
MUSICOTERAPEUTA	CBO: 2263-05 (a Musicoterapia é uma carreira de nível superior - graduação e pós-graduação, e é reconhecida pelo Conselho Federal de Educação desde 1978 através do parecer 829/78).								
PSICOPEDAGOGIA	https://www.abpp.com.br/associadosabppnacional/ Ou registro na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2394-25								
PSICOMOTRICIDADE	CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2239-15 Ou registro em conselhos profissionais de saúde e educação.								
EQUOTERAPIA	CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2263-15 Ou registro em conselhos profissionais de saúde.								

VIII	<p>Para os casos que não se enquadrarem acima, a instituição deverá apresentar:</p> <p>a) Diploma de formação superior do profissional; e</p> <p>b) Diploma referente à Especialidade cursada.</p>
4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	
I	<p>a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;</p> <p>b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);</p> <p>c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:</p> <p>I - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);</p> <p>II - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;</p> <p>III - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; e</p> <p>IV - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.</p> <p>d) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.</p> <p>e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).</p> <p>f) Verificação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:</p> <p>I – SICAF;</p>

	<p>II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);</p> <p>III - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);</p> <p>IV - Prova de inexistência de inclusão no Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON (https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces); e</p> <p>V - A consulta aos cadastros será realizada em nome da OCS e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.</p>
--	--

Esta carta proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega.

Local, UF, em __ de _____ de ____.

Nome completo, identidade e assinatura do Representante Legal

APÊNDICE I - Modelo de Declaração de Indicação do Responsável Técnico da Instituição

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital, que o (a) Sr (a) _____, portador (a) do CPF/MF nº. _____ e inscrito no (registro profissional) _____ sob o nº. _____ é o (a) nosso (a) indicado (a) como Responsável Técnico da Instituição:

Razão social: *Digite a razão social do estabelecimento*

Nome fantasia: *Digite o nome fantasia do estabelecimento*

CNPJ Nº: 00.000.000/0000-00

Endereço: *Digite o endereço do estabelecimento*

Município: *Município/UF*

Local, _____ na data da assinatura eletrônica.

Carimbo da empresa e assinatura do Representante Legal da Empresa

Carimbo e assinatura do profissional indicado como Responsável Técnico

APÊNDICE II - Modelo de Apresentação da Equipe Técnica da Instituição

Referência: Edital de Credenciamento nº __/____, da EAMPE.

Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	Telefone/fax:
Área de Atuação: (exemplo: habilitação/reabilitação física, intelectual, auditiva, etc).	Especialidade:
Representante Legal:	CPF:

De acordo com os termos previstos no Edital de Credenciamento acima referido, informamos, a seguir, os profissionais que comporão a equipe técnica, consoante o disposto nos item 3 do Anexo C deste Edital:

Nome completo do profissional	Especialidade	Nº do Registro - UF	CPF

Local, UF, em __ de _____ de ____.

Nome completo, identidade e assinatura do Representante Legal

APÊNDICE III - Modelo de Apresentação dos Equipamentos Técnicos da Instituição

Referência: Edital de Credenciamento nº __/____, da EAMPE.

Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	Telefone/fax:
Área de Atuação: (exemplo: habilitação/reabilitação física, intelectual, auditiva, etc).	Especialidade:
Representante Legal:	CPF:

De acordo com os termos previstos no Edital de Credenciamento acima referido, informamos, a seguir, os Equipamentos técnicos da Instituição:

Descrição do equipamento	Local de utilização

*Itens opcionais (Fotos dos locais de utilização)

Local, UF, em __ de _____ de ____.

Nome completo, identidade e assinatura do Representante Legal